

POR UMA BREVE GENEALOGIA DAS PRÁTICAS SEXUAIS

Jessé Saturnino Junior ¹

RESUMO

Este texto busca definir o método genealógico de estudar a história, desenvolvido por Michel Foucault, em oposição ao tradicionalismo histórico que pesquisa a origem (*ursprung*), e não a emergência (*entstehung*) histórica. Como demonstração do método, faremos uma breve genealogia das classificações das práticas sexuais – heterossexuais, homossexuais e homoeróticas –, e as transformações que essas produziram nos estudos sobre a sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Genealogia. Sexualidade. Práticas Sexuais. Homossexualidade.

ABSTRACT

This text tries to define the genealogico method, to study the history, developed for Michel Foucault, in opposition to the historical traditionalism, that it searches the origin (*ursprung*), and not it emergency (*entstehung*) historical. As demonstration of the method, we will make one brief genealogy of the practical classifications of sexual – the heterosexuals, homosexuals and homoerotics –, and the transformations that the same ones had produced in the studies on the sexuality.

KEYWORDS: Genealogy. Sexuality. Sexual Practices. Homosexuality.

A EMERGÊNCIA DOS CONCEITOS

Meu objetivo, neste acanhado texto, é tentar demonstrar, de modo um tanto ligeiro, a pertinência que o método foucaultiano da genealogia possui nos estudos relacionados à sexualidade, o que ele realiza de forma bastante fecunda e instigante na

¹ Docente na Faculdade Pará de Minas – FAPAM. Mestre em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. E-mail: jessesaturnino@yahoo.com.br

sua própria obra – História da sexualidade. Nessa acepção, a primeira pergunta que devemos nos colocar aqui é: “O que Foucault entende por genealogia?”.

Num capítulo intitulado “Nietzsche, a genealogia e a história”, parte da obra *Microfísica do poder*, Foucault apresenta uma fascinante forma de tratar a história, sobretudo pela maneira com a qual lida com a pesquisa documental. Foucault entende, nessa ocasião, que a sua arqueologia das ciências humanas só suplantaria a epistemologia estruturalista na medida em que se empenhasse com a prática genealógica ao estilo daquela praticada por Nietzsche. A abordagem genealógica na investigação da história é aquela na qual o historiador renuncia quaisquer pretensões quanto à unicidade da narrativa histórica, como aquelas nas quais se trabalha obstinadamente a fim de restituir o sentido original dos eventos, detectando seus desdobramentos e continuidades no tempo, inferindo-se uma espécie de *telos* que pudesse explicar a lógica dos fatos. Já na obra *Arqueologia do saber*, Foucault dá indícios da fecundidade de uma pesquisa documental realizada já sob uma prenunciada inquietação genealógica:

[...] A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2002, p.07).

O mais fascinante da proposta consiste na forma como Foucault detecta a superação daquela monótona posição do tradicional conhecimento histórico face ao documento. Uma arqueologia não deve encontrar a inteligibilidade dos monumentos nos caprichos do discurso historiográfico. Ao contrário, a história deve ponderar os fatos de discurso no elemento geral do arquivo, perscrutando-os como monumentos. De toda maneira, o documento não pode mais ser abordado pela história, como uma espécie de “*matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros*”. Uma visão arqueológica da história busca “*trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações*” (IBIDEM, p. 07). O monumento franqueia o acesso às relações epistêmicas que se expressam nas condições de saber e nas formas de poder e configuração moral de uma época. A perspectiva de

Foucault é refratária a toda modalidade de concepção metafísica, meta-discursiva e teleológica de história. A história não é lugar apenas da necessidade, mas de acasos, de irrupções, não necessariamente racionais em seu fim realizado. O exercício de uma genealogia, ao invés da história, requer um imperativo – demorar-se:

[...] marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 2004, p. 17).

A genealogia se opõe à pesquisa sobre a origem, porque aquilo que lhe interessa é a invenção, a instituição. Remetendo-se ao pensamento de Nietzsche, Foucault, destaca que a história tradicional pesquisa a origem (*ursprung*). Todavia, conforme o velho Nietzsche, o mais relevante é vislumbrar a emergência (*entstehung*). Ao contrário da história vista de forma convencional, sobretudo, na historiografia positivista, devemos buscar aprender “*que atrás das coisas há algo inteiramente diferente: não seu segredo essencial e sem data, o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas*” (FOUCAULT, 2004, p. 17).

A genealogia, finalmente, não tem qualquer pretensão em restabelecer a trajetória dos eventos no tempo, de vez que não supõem que tais eventos estejam atrelados a uma continuidade temporal. Ao contrário, é a descontinuidade, a dispersão, a contingência, a heterogeneidade, o acaso, o singular, a diferença que dão os matizes à abordagem.

O que importa é compreender como, de forma simultânea, vão se configurando tanto as modalidades de saber quanto as formas de exercício de poder que constituem um dispositivo e como estes se manifestam em relações capilares que atingem os mais variados âmbitos da vida. Essa capilaridade está nas categorizações, na instituição de entidades e conceitos que passam a orientar a vida dos homens, como os que veremos a seguir.

Fragmentos da genealogia da sexualidade, ou talvez, da homossexualidade

Fiel ao seu método, Foucault se debruça sobre a história da sexualidade humana, buscando compreender como se construiu o saber que sustenta as ciências da sexualidade. No primeiro volume de uma série, Roberto Machado, ao apresentar o livro, afirma que:

A “história da sexualidade” tem em “A vontade de saber” uma introdução geral aos temas a serem posteriormente desenvolvidos, integra o grande projeto de uma arqueologia dos saberes e uma genealogia dos poderes da sociedade contemporânea².

Um leitor desatento pode pensar que um livro que tem como título “História da sexualidade” resume-se em uma grande narração ou descrição de práticas sexuais ao longo de um período histórico – talvez até uma etnografia de possibilidades sexuais. Mas Foucault destaca sua preocupação ao debruçar-se sobre o tema da sexualidade:

Por que se falou da sexualidade, e o que disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiá-lo ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. (FOUCAULT, 2007, p. 17-18).

Sua proposta é, então, fazer uma genealogia da sexualidade norteadas pelas preocupações apresentadas na Microfísica do poder. Foucault destaca que, até o início do século XVII, os códigos que “regiam” a obscenidade eram frouxos e frágeis. O dizer e as práticas sexuais não eram secretos e a linguagem era ampla. No século XIX, percebemos uma mudança na forma de tratar o assunto sexualidade. O segredo passa a ser valorizado. Há, agora, referência quanto aos modelos a serem seguidos e os espaços apropriados para práticas diversas. O dizer é substituído por um não dizer – uma interdição.

² Contracapa.

Uma série de eventos, aleatórios ou não, possibilitaram que a sexualidade humana deixasse de ser somente uma prática, para tornar-se também um conhecimento, um conjunto de saberes, que possibilitam o exercício do poder. Foucault aponta, entre esses eventos, o puritanismo moderno, a normalização psicanalítica e o advento da sociedade capitalista: o puritanismo moderno, ao silenciar e fazer deixar de existir práticas sexuais; a psicanálise, ao patologizar algumas práticas sexuais; a sociedade capitalista, ao ver o exercício da sexualidade incompatível com o desenvolvimento da força de trabalho.

A construção da ciência da sexualidade acaba por produzir uma “verdade” sobre o prazer e o sexo. Sobre o que fazer e como fazer do prazer e do sexo. Ao existir uma norma prescritiva e reguladora, seu efeito dialético é o surgimento da anormalidade, da aberração. E como tal, é necessário, o desenvolvimento de técnicas de disciplinamento para a anormalidade dos indivíduos e de seus corpos, bem como mecanismos de valorização do normal, do não patológico. Esse saber que disciplina os corpos e as suas manifestações de sexualidade não é produzido de maneira linear e predeterminado como pode pensar um historiador tradicional. É um saber que decorre de irrupções quase sempre ocasionais, que após a sua emergência, vai sendo apropriada e conectada, formando bases para saberes e, por sua vez, de exercícios de poder. Poder de classificar e de disciplinar. Nessa acepção, orientei-me mais pelas exigências de uma genealogia da sexualidade, do que de uma história da sexualidade.

As diversas práticas sexuais entre os indivíduos, tanto entre aqueles que as realizam com pessoas de sexo diferente como entre aqueles que as realizam com pessoas do mesmo sexo, tais como as conhecemos hoje, são categorizadas como conceitos datados historicamente, e não representam uma essência ou uma característica universal da raça humana, mas uma construção social. "*O primeiro uso conhecido da palavra heterossexual nos Estados Unidos ocorreu em um artigo do Dr. James G. Kiernan, publicado em um jornal de medicina de Chicago em maio de 1892.*" (KATZ, 1996, p. 36)

A heterossexualidade e o heterossexualismo desenvolveram-se enquanto conceitos durante o século XIX, assim como a noção de homossexualismo e homossexualidade. Todos esses conceitos buscavam nomear tanto práticas sexuais como seus agentes, usando elementos da ciência que florescia naquele momento histórico, com particular vigor no ocidente.

A heterossexualidade e suas derivações acabaram prevalecendo para nomear as práticas sexuais entre pessoas de sexos diferentes. Nesses termos, a heterossexualidade foi concebida como padrão normal de sexualidade; a homossexualidade, por sua vez, passa a representar, obviamente, o contrário: aquilo que era reputado como prática anormal do ponto de vista da sexualidade³.

Hoje, no domínio das Ciências Humanas, é cada vez mais patente a tendência ao abandono de certas categorias, na medida em que essas passam a ser consideradas limitadas na sua capacidade explicativa face à complexidade do real. Esse é o caso, por exemplo, dos termos homossexualidade e de homossexualismo⁴. Várias teses, artigos, seminários e eventos que discutem a sexualidade humana e, em especial, o exercício da sexualidade de forma mais ou menos exclusiva entre pessoas do mesmo sexo, optam por tratar essas práticas afetivas e sexuais como práticas de homoerotismo ou homoeróticas. O conceito de homoerotismo e os adjetivos dele derivados começam, desse modo, a fazer parte do atual estoque conceitual das Ciências Humanas.

Os dois termos, homossexualismo e homoerotismo, contudo, são contemporâneos em sua origem – a Europa do século XIX. Ambos eram utilizados com o mesmo objetivo, qual seja nomear uma modalidade de prática sexual. No entanto, o primeiro difundiu-se no senso comum e nos meios acadêmicos de modo muito mais contundente do que o segundo, o qual não se tornou usual.

A tentativa de explicação biológica, médica e patológica intrínseca ao primeiro termo é conhecida, pois tendo sido criado em 1869 pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert⁵, refletiu todo um cuidado da época em produzir explicações científicas e de caráter determinista, como forma de valorizar a ciência e de dar um estatuto de cientificidade a algumas explicações e crenças do senso comum. Para a Medicina, o indivíduo que desenvolvia uma apetência sexual mais ou menos exclusiva por indivíduos do seu próprio sexo era, então, considerado um doente e, como tal, deveria ser tratado e até mesmo curado. O homossexualismo seria então uma patologia que se

3 O livro de Jonathan Ned Katz, em especial o capítulo intitulado "A estréia do heterossexual na sociedade", aponta como o termo da heterossexualidade foi empregado no seu início. Cf.: KATZ, J. N. A invenção da heterossexualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 31-43.

4 O termo homossexualismo e homoerotismo são usados enquanto substantivos, por sua capacidade de nomear e designar, enquanto homossexual e homoerótico são usados enquanto adjetivos por sua capacidade de caracterizar seres e objetos nomeados por substantivos. "A palavra homossexual é bem antiga e significa 'sexo igual', sendo portanto aplicável tanto para o homem que transa com homem (gay) como para a mulher que transa com outra mulher (lésbica). É um termo universal, (...) é uma expressão aceita pela maioria dos próprios homossexuais". (Mott, 2002:1).

5 Fontes indicam que a primeira que vez a palavra homossexual foi usada, constava de uma carta escrita ao ministério da justiça alemã, na qual o médico Karoly Maria Benkert condenava o novo código penal que no seu artigo 175 declarava que os atos sexuais entre homens constituíam delito. <<http://geocities.yahoo.com.br/cidadaniarv/temak.html>> Acesso em 30/08/2003.

manifestava ao desenvolver no indivíduo o desejo sexual por um parceiro do mesmo sexo, convertendo-o, assim, em homossexual. Os sinais mais evidentes dessa patologia eram detectados a partir do momento em que o indivíduo manifestava alguns comportamentos e maneiras de ser típicos do sexo oposto ou passava a praticar atos sexuais com alguém de seu próprio sexo.

Havia, porém, um segundo par de termos sinônimos que representavam também o homossexualismo e o homossexual. Era utilizado para designar essas mesmas práticas e foi criado por Karl Heinrich Ürichs, médico alemão que escreveu sobre esse tema entre 1860 e 1890. Trata-se do “uranismo”, cujo adjetivo correspondente era “uranista” que, segundo Peter Fry e Edward MacRae, era uma forma do autor prestar homenagem “à musa *Urânia*, que no mito contado por Platão, seria a inspiradora do amor entre pessoas do mesmo sexo”. (FRY & Mac Rae, 1983, p. 62). Michel Foucault, a esse propósito, destaca:

Certamente encontra-se no discurso de Pausânias uma teoria dos dois amores, o segundo dos quais – Urânios, o celeste – dirige-se exclusivamente aos rapazes. Mas a distinção não se estabelece entre um amor heterossexual e um amor homossexual; Pausânias estabelece a linha de demarcação entre o “amor que os homens de baixa espécie experimentam” – que tem por objeto tanto as mulheres como os rapazes, só visa ao próprio ato (*to diaprattesthai*) e se realiza ao acaso – e o amor mais antigo, mas nobre e mais racional, que se liga ao que pode ter mais vigor e inteligência, e lá só pode tratar-se, evidentemente, do sexo masculino. O Banquete de Xenofonte mostra bem que a diversidade da escolha entre a moça e o rapaz não se refere, de modo algum, à distinção entre duas tendências, ou à oposição entre duas formas de desejo”.(FOUCAULT, 1998, p. 168-169).

Esses termos tiveram um sucesso inicial por fazerem uma oposição direta à concepção patologizante da medicina e substanciar uma tentativa de naturalizar essa prática sexual com a concepção de um terceiro sexo que, segundo Fry e MacRae, representava uma forma de escapar da ideia de que esses indivíduos cometiam crimes contra a natureza. O protótipo de normalidade estava associado às práticas sexuais exclusivamente heterossexuais, uma vez que baseado em argumentos científicos, principalmente da Medicina. Um dos recursos utilizados por aqueles que discordavam dessa classificação médica foi a naturalização da prática sexual, de modo que a sexualidade orientada para indivíduos do mesmo sexo era apenas mais uma das possibilidades que a natureza havia desenvolvido no ser humano. O exercício da sexualidade numa parceria que não envolvesse a diferença entre os sexos era natural à espécie humana e constituía o terceiro sexo, ao lado do sexo masculino e do feminino.

Por essa razão, havia um significativo número de pensadores e militantes que defendiam essa concepção⁶.

No entanto, o rumoroso caso de Oscar Wilde, em 1895, e os seus desdobramentos acabaram, segundo Fry e MacRae, por conter os movimentos que visavam à emancipação dos praticantes dessa modalidade de sexualidade.

Uma terceira concepção dessas práticas sexuais veio da Psicologia: homoerotismo e homoerótico. Embora o autor desses termos tenha sido F. Karsch-Haack, é a apropriação deles feita pelo psicanalista Sándor Ferenczi, contemporâneo de Sigmund Freud, em uma conferência realizada no III Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, em 1911, que sistematizou a capacidade de explicação dos termos. Sándor Ferenczi afirmava, nesta conferência:

Sempre tive a impressão de que, em nossos dias, aplicava-se o termo homossexualidade a anomalias psíquicas demasiado diferentes e fundamentalmente sem relação entre si (...) Portanto, era pouco provável, de imediato, que tudo o que se designa hoje pelo termo genérico de “homossexualidade” pertencesse a uma só entidade clínica. (FERENCZI, 1992, p. 118)

A cautela de Ferenczi, enquanto psicanalista em sintonia com as exigências empiricoanalíticas da ciência, era a de mostrar que entre os praticantes da homossexualidade não poderia haver uma classificação patológica homogênea, uma só entidade clínica. Haveria, então, mais de uma maneira de manifestação do homoerotismo. De um lado, o indivíduo que, no ato sexual, ocupava o papel de passivo (o que sofria a penetração) era doente. De outro, aquele que ocupava o papel de ativo (o que praticava a penetração), tinha desvios na definição do objeto de desejo sexual. Era um doente menor e passível de cura.

O termo homoerotismo, criado por Karsch-Haack e adotado e explorado por Ferenczi, trazia, na sua concepção, uma tentativa de superação de uma conceituação patológica em benefício da definição de uma sexualidade distinta. Ele não era uma entidade clínica homogeneizadora, mas acabou por reforçar a patologização das práticas sexuais às quais se aplicavam, não mais apenas com argumentos da Medicina, mas também com argumentos da Psicologia. Assim, a nova conceituação do que seria o desejo sexual nesses casos mantinha uma visão de anomalia, associada a distúrbios

⁶ Segundo Pollak, são eles: Haverlock Ellis; Edward Carpenter; J. A Seymonds; Magnus Hirschfeld e Benedict Friedlander In: POLLAK, M. "A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no ghetto?" (ARIÈS & BÉJIN, 1983: 52).

psíquicos e desvio comportamental, e resultou tão somente em uma classificação de indivíduos homoeróticos em doentes e desviados.

Segundo Michel Pollak, até meados século XIX, todas as teorias científicas que buscavam explicar a prática sexual que envolvia indivíduos do mesmo sexo consideravam perversões os comportamentos não heterossexuais, ao passo polarizadas por dois roteiros teóricos básicos e distintos:

Resumidamente podemos distinguir teorias que fazem da heterossexualidade norma absoluta da normalidade e outras que situam todas as manifestações sexuais ao mesmo nível. As primeiras vêem desvios, ou mesmo que as segundas os consideram vias diferentes, mas não hierarquizadas, para o orgasmo." (POLLAK, 1983, p. 51).

O primeiro roteiro teórico partia do pressuposto de que a heterossexualidade era uma referência absoluta de normalidade. Portanto, todas as práticas sexuais que não estavam de acordo com essa norma heterossexual eram consideradas doença, vício, desvio e/ou perversão. Entre os pensadores dessa matriz de pensamento podemos citar Karoly Maria Benkert, F. Karsch-Haack, Sándor Ferenczi, Krafft-Ebling e Schrenck-Nottzing.

O outro roteiro teórico partia do pressuposto de que a heterossexualidade era apenas uma das manifestações da sexualidade humana. Não haveria, então, hierarquia entre as práticas sexuais, sejam aquelas que envolvem pessoas do mesmo sexo, sejam aquelas envolvendo pessoas de sexos diferentes. O aparente avanço desse segundo viés teórico acabou por tornar-se um argumento para aqueles que tinham uma visão naturalizante da homossexualidade, reforçando o pressuposto de que a diferença entre a heterossexualidade e a homossexualidade consistia apenas no objeto de desejo ou que a prática homossexual possibilitava afirmar a existência de um terceiro sexo, conforme alguns pensadores citados, na nota de rodapé 4.

Quando a Associação Psiquiátrica Americana, em 1974, retirou do rol das doenças mentais (*mental disease*) a homossexualidade⁷, o ato foi considerado como "*um ato simbólico que marca a alteração das relações de força entre as diferentes teorias da sexualidade*" (POLLAK, 1983, p. 51), e os defensores da patologização biológica e psiquiátrica dessa prática sexual sofreram uma derrota no campo das teorias sexuais.

Embora tenha havido o ato administrativo que retirou de uma dada sexualidade características de diversas patologias, isso não significou que a percepção social desse

7 O Conselho Federal de Medicina do Brasil retirou o homossexualismo da sua lista de desvios sexuais em 1985.

exercício sexual mudou automaticamente na vida cotidiana nos Estados Unidos da América e em outras partes do mundo. Ainda há grupos organizados de diversos matizes que apontam alguns exercícios sexuais como aberrações, desvios e doenças. Entre eles destacamos os *Skin heads* ou "Carecas" e algumas seitas religiosas.

Se não foi possível suprimir a patologização de uma expressão da sexualidade, com este ato da Associação Psiquiátrica Americana, houve, ao menos, o reconhecimento da possibilidade de perceber as práticas sexuais como múltiplas, isto é, nem uniformes e nem homogêneas. Isso já estava em germe na utilização feita por Ferenczi do conceito de homoerotismo, quando admitia a complexidade como característica da sexualidade. Contudo, somente sessenta e três anos depois, essa heterogeneidade começa a ser repensada.

Por reconhecer que não há homogeneidade na experiência da sexualidade, em tempos recentes, Jurandir Freire Costa dedicou-se a fazer um resgate dos termos homoerotismo e homoerótico com o objetivo de evitar as armadilhas daquela visão homogeneizadora. Em livros tais como: *A inocência e o vício* e *A face e o verso* – ambos publicados nos anos noventa do século passado, o autor dedica-se a mostrar que, no domínio da sexualidade, a heterossexualidade está longe de constituir-se como norma, e que há uma exuberância de possibilidades de práticas. A posição adotada pelo psicanalista funda-se no pressuposto de que:

Apresentando certas práticas sexuais como anormais, doentes, antinaturais ou moralmente incorretas a linguagem da discriminação estigmatiza numerosos sujeitos que se afastam dos ideais sexuais da maioria. Criticar a crença discriminatória significa desse modo criticar também o vocabulário que permite sua enunciação e que o torna razoável aos olhos dos crentes. No caso a crítica visa ao emprego dos termos "homossexual" e homossexualismo". (COSTA, 1992, p. 21)

Para Jurandir Costa, o homossexualismo remete a uma ideia de essência, enquanto o homoerotismo tenta afastar-se dessa posição essencialista, pois "*homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens same-sex oriented.*" (COSTA, 1992, p. 21)

Essa retomada do termo homoerotismo com uma nova definição do fenômeno reflete não só questões teóricas, mas também questões políticas. Novos movimentos entram em cena na busca do resgate de individualidades e especificidades, demanda a

que os movimentos políticos partidários considerados de esquerda⁸ e das ditas minorias, aparentemente não estavam conseguindo atender satisfatoriamente, em grande medida ainda por terem visões homogeneizadoras das questões discutidas: os movimentos políticos de esquerda apontavam as questões do proletariado e a revolução socialista como a luta maior, capaz de atender todas as reivindicações da população em suas generalidades e singularidades.

Um dos movimentos que dizia respeito às ditas minorias era o movimento negro, que combatia a discriminação racial e tentava a afirmação da cultura negra. Nesse cenário, outras minorias acabavam fadadas a uma espécie de anonimato.

Entre as lutas e reivindicações dos movimentos sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX, segundo Pollak, a liberação sexual foi a grande novidade que possibilitou uma explosão discursiva e uma reformulação completa da imagem da homossexualidade.

O repensar dessa prática sexual tentava superar o embuste classificatório e explicativo. Passou-se do *Por quê?* – ao qual os médicos respondiam nomeando uma entidade, como uma doença e os naturalistas, como um terceiro sexo – para um *como?*, e “[...] a esta última pergunta, a consideração do fenômeno passou a ser contemplada a partir da observação de como vivem os homossexuais, de tal modo que o interesse que hoje orienta o homoerotismo convergiu para a apreciação do estilo de vida homoerótico.” (POLLAK, 1983, p. 53).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P.;BÉJIN, A (Org.). **Sexualidades ocidentais**. Lisboa: Contexto editora, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

8 Segundo Trevisan, no Brasil, esses movimentos de esquerda eram representados principalmente pela Convergência Socialista, Organização Socialista Internacionalista, também denominada LIBELU - Liberdade e Luta, ambas com ligações com a Quarta Internacional trotskista. (TREVISAN, 2000: 353).

FERENCZI, Sandor. **Psicanálise II**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Microfísica do poder**. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

MOTT, Luiz. **O que você deve saber sobre homossexualidade**. Salvador: Ed. GGB, 2002.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.